

EDITORIAL

Atualmente, a Revista da Faculdade de Direito da UFC é uma publicação acadêmica em formato impresso (ISSN: 0103-2496) e eletrônico (ISSN: 2317-2940), com periodicidade semestral.

Inicialmente publicada em 1938, a Revista da Faculdade de Direito da UFC é o periódico acadêmico-científico mais antigo do Estado do Ceará, e continuamente se renova como mecanismo que dissemina os mais diversos matizes das pesquisas desenvolvidas na seara do Direito, envolvendo autores de reconhecida excelência regional, nacional e internacional, promovendo a interdisciplinaridade jurídica.

Na presente edição 2019.2, a Revista da Faculdade de Direito da UFC, segue o padrão de tradição e excelência estabelecido desde a sua gênese, oportunamente registrando o inquebrantável compromisso com a democratização do conhecimento, por meio de acesso público, gratuito, imediato e de fácil operacionalização.

Merece complementação a contextualização do Curso de Direito da UFC , o qual apresenta nota máxima junto ao Ministério da Educação, bem como manteve o selo de qualidade OAB Recomenda, a cargo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sendo referência nacional em excelência pedagógica, seguindo os parâmetros de excelência da Universidade Federal do Ceará.

Como realizado nas edições anteriores, na busca da manutenção do padrão dos trabalhos científicos publicados, foi realizada uma rigorosa avaliação dos artigos à luz do critério da revisão por pares por intermédio do método *Double Blind Review*, no qual cada trabalho é avaliado por dois pareceristas especialistas na área com elevada titulação acadêmica. Por meio do sistema referenciado, os arquivos são avaliados sem a identificação de autoria, assegurando uma análise técnica, imparcial e isonômica.

Nesta edição, nos sentimos honrados com o valioso contributo do Professor Doutor **Rubens Beçak**, Docente da Universidade de São Paulo – USP, em co-autoria com a Mestranda da USP, **Rafaella Marineli Lopes**, intitulado: **“ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: UMA BREVE TEORIA E SUA APLICAÇÃO NA JUDICIALIZAÇÃO DO CÁRCERE”**, o qual enfrenta as diversas omissões inconstitucionais decorrentes das três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judicial), as quais tornam ausentes ou

ineficientes as políticas públicas relacionadas ao sistema penitenciário nacional, onde se instalou uma vasta falha estrutural que vulnera grave, massiva e ciclicamente os direitos fundamentais dos presos. Nesse cenário de descaso, a busca por respostas veio por meio da declaração pelo STF de um completo Estado de Coisas Inconstitucional no cárcere.

O trabalho intitulado **“PRINCÍPIO DA GRATUIDADE DO ENSINO EM ESTABELECIMENTOS OFICIAIS E A COBRANÇA DE MENSALIDADES NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE CRÍTICA”**, dos pesquisadores **Pedro Vitor da Silveira Nunes** e **William Paiva Marques Júnior**, aborda o princípio da gratuidade do Ensino Público, com especial enfoque em sua aplicação pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, analisando também as controvérsias sobre a cobrança de mensalidades nessa modalidade de ensino. Buscam demonstrar a importância do Ensino Superior gratuito no Brasil, mas também levantam discussões sobre a cobrança de mensalidades em Instituições Públicas de Ensino Superior por meio de um olhar crítico sobre a temática.

10

A Pesquisadora **Sávina Sanara Borges Silva** no trabalho intitulado: **“IMPACTOS DA TRANSFOBIA NA EXCLUSÃO DE TRANSGÊNEROS E TRAVESTIS”** investiga **IMPACTOS DA TRANSFOBIA NA EXCLUSÃO DE TRANSGÊNEROS E TRAVESTIS** busca identificar os motivos que levam à exclusão das pessoas transexuais e travestis e o que pode ser feito pelo ordenamento jurídico para solucionar essa problemática real.

O quarto trabalho: **“OS CRIMES PREVIDENCIÁRIOS SOB A TEORIA DA RÉGUA DE LESBOS E A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE”**, da lavra de **Fernanda Prado Fernandes**, analisa os crimes previdenciários e a despenalização sob a ótica da teoria da Régua de Lesbos, numa conjuntura metafórica proposta por Aristóteles, aos mesmo tempo em que investiga a adequação dessa teoria sob várias nuances da previsão do tipo penal do Art. 168-A, dentro de uma seara jurídico-filosófica em que se analisa a não aplicação das penas ante a existência de crimes previdenciários, em especial os de natureza ao patrimônio previdenciário, ensejando uma despenalização sob a aplicação da teoria da régua de lesbos, indicando um conceito de flexibilidade e adaptação das normas aos contextos existentes, ampliando hipóteses a contextos paraideológicos.

No quinto trabalho: **“FASE DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO COMO OTIMIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS,**

COM BASE NO SANEAMENTO COMPARTILHADO E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES", a autora **Wéslla Araújo Silva**, investiga Fase de Saneamento e Organização do Processo como otimização dos atos processuais. Para tanto, como pressuposto basilar, realiza uma análise desse estágio no Código de Processo Civil de 1973, para, ao final, identificar se o Saneamento Compartilhado, conjuntamente com os Princípios da Cooperação Processual e *Iura Novit Curia*, realmente é a uma maneira adequada para otimizar e potencializar o trâmite processual, além de averiguar os efeitos práticos e concretos de sua aplicabilidade na fase saneadora do processo.

O sexto trabalho: **"OS PRIMÓRDIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO: O BRASIL-COLÔNIA NA INSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA BRASILEIRA"**, da lavra de **Fernanda Cláudia Araújo da Silva, Francisco Lucas Amorim e Diego Gomes da Silva**, analisa a história da administração pública durante o período colonial na identificação dos primórdios do Direito Administrativo porque o estudo das decisões administrativas modernas e coincide com a própria política existente, para se compreender o Estado e sua organização, ampliando hipóteses a contextos paraideológicos.

Por fim, no artigo **"O "TESTAMENTO VITAL" COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE: O RESPEITO À AUTONOMIA DA VONTADE NAS DIRETIVAS ANTECIPADAS"**, os autores **Ana Luisa de Vasconcelos Cintra e Álisson José Maia Melo** investigam o instituto do testamento vital a partir de uma visão civilista, como um direito da personalidade, associado, de um lado, à dignidade da pessoa humana, com *status* constitucional, e, de outro, ao direito à integridade física, estabelecendo uma relação entre o referido instrumento, as diretivas antecipadas de vontade e o consentimento informado do indivíduo acerca da morte diga.

A presente edição é publicada com a certeza de que os contributos acadêmicos ora apresentados elevam o alto padrão continuamente buscado pela Faculdade de Direito da UFC, fato este que, associado ao crescente reconhecimento da Graduação em Direito da UFC no meio acadêmico nacional e internacional, especialmente com o trabalho do Professor Doutor **Rubens Beçak**, Docente da USP. Para a manutenção das conquistas já alcançadas, agradecemos penhoradamente a todos os autores, avaliadores e demais colaboradores que nos prestigiaram com seus trabalhos, e reiteramos aos interessados que os canais da Revista da Faculdade de Direito da UFC encontram-se franqueados

para receber trabalhos comprometidos com uma análise jurídica pós- crítica, democrática e inclusiva.

Agradecemos ainda os incansáveis esforços envidados pelos Professores Doutores **José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque**, na qualidade de Reitor da Universidade Federal do Ceará; **Maurício Feijó Benevides de Magalhães Filho**, Diretor da Faculdade de Direito da UFC e **Álisson José Maia Melo**, como Editor-Colaborador da Revista da Faculdade de Direito da UFC, todos comprometidos com a manutenção e difusão do presente periódico.

Por sua importância, reiteramos os agradecimentos aos autores e avaliadores, especialmente à Professora **Fernanda Cláudia Araújo da Silva**, sempre comprometida com o periódico, e aos demais colaboradores pelo interesse e disponibilidade na confecção deste periódico. Sem os esforços referenciados, a Revista não manteria sua tradição e excelência.

A todas (os), desejamos excelentes leituras!

Professor Dr. William Paiva Marques Júnior*
Editor-Chefe da Revista da Faculdade de Direito da UFC

* Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da UFC. Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Direito Privado da UFC das disciplinas de Direito Civil II (Obrigações), Direito Civil V (Coisas) e Direito Agrário. Foi Advogado da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) de 2008 a 2011. Ex-Bolsista da CAPES. Ex-Coordenador da Graduação em Direito da UFC. Assessor do Reitor da UFC. *E-mail*: williamarques.jr@gmail.com